

TERRITÓRIO E TRABALHO NO CONTEXTO DO NOVO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ

TERRITORIO Y TRABAJO EN EL CONTEXTO DEL NUEVO PROCESO DE INDUSTRIALIZACIÓN DEL ESTADO DE CEARÁ – BRASIL

Edilson Pereira Júnior¹
Eliseu Savério Sposito²

Resumo

As novas estratégias político-econômicas foram eficientes no sentido de integrar o Ceará numa nova economia de trocas nacionais e globais. Ao reagir de maneira eficaz ante a gradativa falência dos programas regionais de apoio à industrialização, o Estado se impôs solidamente na conquista de investimentos industriais externos, desenvolvendo estratégias de financiamento e de benefícios fiscais. Efetivamente, grupos empresariais já consolidados nacionalmente, sobretudo nos ramos de calçados, têxteis e de embalagens, optaram por abrir grandes fábricas no território cearense. O artigo pretende discutir tais questões, enfatizando importantes aspectos, quais sejam: a relação entre o novo modelo e o projeto modernizante de uma elite burguês-industrial surgida no Ceará na década de 1980; os principais impactos sofridos pelo Estado no contexto da dinamização das forças produtivas; e os reflexos no mercado de trabalho, a representar um quadro mais amplo de racionalização da atividade laboral. Diferentemente do arranjo territorial organizado pela economia tradicional, a nova dinâmica tende a intensificar a aglomeração dos equipamentos na Região Metropolitana de Fortaleza e em algumas cidades de porte médio, de maneira que o recente ordenamento atenda as necessidades de produção e acumulação de riquezas, modificando os antigos padrões de ocupação territorial e instituindo estratégias de implementação da produção e do trabalho industrial moderno.

Palavras-chave: Industrialização, território, relações de trabalho, Ceará.

Resumen

Las nuevas estrategias político-económicas han sido eficientes al integrar la economía del Estado de Ceará en un nuevo circuito de intercambio nacional y global. Al reaccionar con eficacia a la gradual insolvencia de los programas regionales de apoyo a la industrialización, el Estado ha conquistado inversiones industriales externas, desarrollando estrategias de financiamiento y de concesión de beneficios fiscales. En efecto, grupos empresariales consolidados nacionalmente, sobretudo en los sectores de calzados, textiles y embalajes, optaron por abrir grandes fábricas en el territorio cearense. En el artículo se pretende discutir esos aspectos, enfatizando los siguientes puntos: la relación entre el nuevo modelo y el proyecto modernizador de una elite burguesa-industrial surgida en Ceará en la década de 1980; los principales impactos acontecidos en el Estado en el contexto de la retomada del dinamismo de las fuerzas productivas; y, los reflejos en el mercado de trabajo al generarse un cuadro de racionalización de la fuerza laboral. Diferentemente de la organización territorial generada por la economía tradicional, la nueva dinámica tiende a intensificar la aglomeración de los equipamientos e inversiones en la Región Metropolitana de Fortaleza y en algunas ciudades de tamaño medio, de manera que el reciente ordenamiento atienda a las necesidades de producción y acumulación de riqueza,

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará – UECE e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Orientador da pesquisa.

modificando los antiguos patrones de ocupación territorial e instituyendo estrategias de implementación de la producción y del trabajo industrial moderno.

Palabras-clave: Industrialización, territorio, relaciones de trabajo, Ceará.

1- INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará, nas duas últimas décadas, vem sofrendo expressivo impacto na ordem sócio-econômica, resultado da inserção de uma lógica diferenciada, caracterizada pela ação mais intensa do padrão racionalista de produção e consumo de riquezas. Tal transformação se tornou possível a partir da emergência de um novo paradigma político, imbuído de uma racionalidade econômica de orientação capitalista, responsável por selecionar a indústria moderna como principal vetor de desenvolvimento.

A dinâmica redefiniu a produção do território, cada vez mais marcado pelos impactos das inovações tecnológicas e flexíveis, mas também preservou antigos padrões produtivos de racionalidade, sobretudo aqueles interessados em costurar uma nova trama na divisão territorial do trabalho, expandindo modelos de produção em série para os lugares anteriormente não inseridos numa determinação fordista.

A montagem deste ambiente propício para o pleno desenvolvimento da atividade industrial aparece como prioridade da nova organização política que assume o poder em meados da década de 1980, para a qual, a superação das práticas políticas tradicionais, que tinham como base o clientelismo e o privilégio nas relações econômicas, surgiu como prioridade, sendo substituídas pela racionalidade capitalista, representando os anseios da classe empresarial emergente.

Assim, o Governo do Ceará, usando de incentivos fiscais e da modernização da infra-estrutura, ampliou as condições para o crescimento da atividade industrial e da inserção de grandes empresas de capital internacional e nacional no território, garantindo a migração de investimentos para cidades sem nenhuma tradição industrial, principalmente a partir da década de 1990.

Desse modo, municípios que tinham sua vida econômica sustentada pela agricultura de subsistência e o comércio tradicional passaram a conviver com um novo vetor de desenvolvimento, calcado na atividade industrial, que impôs um rearranjo nas temporalidades e na organização do espaço urbano regional. Isso transformou o velho

quadro de organização espacial, redefinindo a dinâmica econômica de muitas cidades, as quais sofreram mudanças no ordenamento territorial e na capacidade de gerar e acumular riquezas, implicando num crescimento econômico e na ampliação dos objetos e dos fluxos da indústria moderna.

O artigo, além desta introdução, traz uma discussão sobre o desenvolvimento da industrialização cearense no contexto do Nordeste, com o objetivo de apresentar as transformações supracitadas, além de propor uma discussão sobre o papel da organização político-econômica estadual como base para a montagem de um quadro particular no Ceará, responsável pela materialização de uma política de industrialização via incentivos fiscais. Também revela alguns elementos que confirmam tais mudanças no quadro estrutural da economia, ao apresentar dados sobre a expansão da produção industrial e a distribuição dos investimentos pelo território.

Por fim, um item em especial tentará ilustrar o processo a partir da leitura das relações de trabalho e as novas formas de emprego e renda, objetivando oferecer elementos mais concretos para a apresentação de algumas idéias expostas nas considerações finais.

2- O ESTADO COMO PRINCIPAL AGENTE DE CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA NO NORDESTE E NO CEARÁ

O recente avanço das forças produtivas na região Nordeste do Brasil está intimamente ligado à industrialização sofrida pelo Brasil na fase do capitalismo tardio. É a partir desse processo que começam a ser acentuadas diferentes posições regionais nos ramos de produção, garantindo aos investimentos maiores taxas de acumulação no território nacional.

Iniciada em meados da década de 1930, a industrialização brasileira é resultado, entre outros fatores, de um “afrouxamento” dos laços de submissão que atavam a economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo internacional. É nesse momento que o país começa a sofrer grandes mudanças em seu padrão de organização econômica, tendo em vista que a recessão mundial no “entre guerras” e o grau de capitalização gerado pelo café dinamiza o setor secundário através de um

processo crescente de substituição de importação. Nascia o domínio da indústria sobre o ritmo das atividades econômicas brasileiras, uma reestruturação que gradativamente suprimia o antigo papel desempenhado pelo modelo agrário-exportador. Entretanto, o novo processo ainda sofria várias restrições: a base técnica, agora concentrada em São Paulo, era estreita e não dispunha de um adequado departamento produtor de bens de produção.

Só a partir da década de 1950, o Brasil começa a receber um volume de investimentos capaz de alterar a sua estrutura produtiva. O Estado também assume um papel atuante, se responsabilizando pela montagem de uma infra-estrutura condizente à reprodução dos pesados investimentos que chegam do exterior. Como não seria de se espantar, a industrialização é o meio utilizado para dar a luz ao conjunto de transformações que se generaliza no país, a se destacar: o desenvolvimento qualitativo da tecnologia voltada para a elevação da capacidade produtiva; a expulsão da população rural em procura das grandes cidades e a maior integração do território nacional.

O Nordeste brasileiro se insere nesse cenário logo a partir do começo da década de 1960, quando, resultando de uma expansão dos investimentos pelo território nacional, a região começa a sofrer forte impulso no setor industrial. Isso vai se dar quando a maioria dos mecanismos básicos que asseguravam o sistema de dominação em escala regional no Nordeste começa a ser destruída a partir da instalação de um novo projeto econômico para a região. Tal projeto partiu da discussão levantada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) de que o comércio internacional, da forma como estava posto, não levaria à superação do atraso das economias periféricas.

Mas as teorias cepalinas se materializaram na região, de fato, com base no relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). A idéia de criar um grupo nestes moldes surgiu diante do discurso das disparidades sócio-econômicas entre o Nordeste e o Sudeste, acentuado a partir do avanço econômico deste último. Planejado pelo Governo Federal, mais especificamente pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, o GTDN elaborou um diagnóstico entre os anos de 1957

e 1959 na qual propunha uma política para o desenvolvimento regional baseada na industrialização³.

A Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE, órgão de planejamento destinado a orientar as ações do Estado na região, foi a instância organizativa que legitimaria essa política. Através dos incentivos fornecidos pelos arts. 34/18, dispositivo que autorizava as empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no Nordeste a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União, a SUDENE transformou a industrialização no eixo do crescimento econômico e diminuiu os vínculos de complementaridade com o setor agrícola local e o mercado regional.

Ao desvalorizar as atividades econômicas regionais, a SUDENE expôs claramente os reais interesses do projeto, que se distanciavam da tentativa de reduzir as desigualdades sócio-econômicas regionais. Por trás de um discurso resistente estava o interesse de integrar o Nordeste a um mercado nacional capitalista sob liderança do Sudeste do país, “daí a ênfase dada anteriormente à política rodoviária e de implantação de grandes usinas hidrelétricas” (Andrade, 1981, p. 52), pré-requisitos para o processo.

De acordo com Oliveira (1993), a burguesia industrial do Sudeste, ao caminhar para a hegemonia, submeteu as classes populares do Nordeste sem atacar-lhes diretamente, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional. Estava confirmado o ataque pelos “flancos” desenvolvidos pela SUDENE no intuito de garantir os interesses do capital nacional e internacional na região.

No final dos anos 60 e início dos 70, a deterioração do processo confirma os reais interesses do novo programa de industrialização, desmistificando as expectativas sobre o desenvolvimento regional. No geral, a industrialização que se desenvolveu no Nordeste passou a acompanhar a dinâmica nacional assumindo um papel de dependência com a burguesia do Sudeste, tendo em vista que nem envolveu o

³ Araújo (1984, p. 72) aponta que o GTDN via a industrialização “como a única saída para combater o atraso do Nordeste. O setor industrial deveria, antes de tudo, funcionar como o elemento dinâmico da economia nordestina, ou seja, conduzir o crescimento do PIB regional”.

departamento de produção de bens duráveis de luxo nem o departamento dos bens de capital.

No tocante à localização das indústrias na região, evidenciou-se uma acentuada concentração espacial, na qual as vantagens comparativas locais destacaram as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza como capitais mais propícias à implantação industrial em decorrência de suas boas condições de infra-estrutura.

Quanto ao período mais recente da industrialização nordestina, observamos que ele resulta das novas realidades da política brasileira, assim como da crescente internacionalização econômica no país. Esta última, hoje, consolida um processo de industrialização bem mais flexível em que o capital se articula estrategicamente pelo território, razão pela qual a migração dos investimentos para o interior do Brasil torna-se constante. Com efeito, uma nova modalidade de competição financeira se ergue colocando as unidades de federação numa arena onde a arma mais eficaz é o benefício fiscal.

É nesse contexto que destacamos o papel assumido pelo Ceará na nova organização do espaço industrial brasileiro. Marcado por uma formação econômica que se distanciou um pouco das outras economias nordestinas litorâneas, fundamentadas na lavoura canavieira, o Ceará embasou sua organização econômica em função das necessidades de suprimento para as regiões agro-exportadoras. Assim, a pecuária foi a primeira grande atividade econômica cearense, “responsável pelas primeiras atividades ligadas às transformações industriais”, bem como, pelo povoamento e pela colonização do Estado (Silva, 1994). Logo depois o algodão, produto bem adaptado ao clima semi-árido, se uniria às charqueadas (atividades ligadas ao consumo de carne), compondo a base para a organização econômica e territorial cearense. Nesse sentido, o sistema formado pelo tripé gado/algodão/cultura de subsistência não só estruturou a economia espacial cearense como marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra.

A partir da inserção das práticas desenvolvidas pela SUDENE, o Estado assegurou a implantação de projetos industriais dentro das estratégias centralizadas do planejamento regional. Os incentivos fiscais foram aplicados tanto na “modernização e/ou ampliação de velhas atividades existentes e implantação nos mesmos ramos

dedicados ao beneficiamento de matérias-primas agrícolas, como também na instalação de novas indústrias consideradas pela SUDENE como de substituição de importações” (idem, *ibid*, p. 127).

Esse novo momento começa, de fato, a consolidar o processo de industrialização no Ceará. Também é a partir dessa fase que o governo estadual se mobilizou no intuito de aparelhar o Ceará para um maior acesso aos incentivos regionais e aos investimentos externos. Inicialmente, foi depositado um maior esforço no aperfeiçoamento das condições infra-estruturais, no qual os destaques foram para a montagem de uma rede de distribuição de energia elétrica, a ampliação e melhoria de estradas e uma maior eficiência nos dispositivos que iriam oferecer serviços de apoio técnico e financeiro ao setor⁴.

Assim, lentamente as relações de produção foram assumindo uma natureza mercantil, da mesma forma como a racionalidade capitalista suplantou obstáculos resistentes do ponto de vista da esfera política⁵.

3- CONSOLIDAÇÃO DO “GOVERNO DAS MUDANÇAS” E O NOVO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE

A ação das forças públicas, desse modo, se mostrou imprescindível no que tange à montagem e consolidação dos mecanismos de mercado no Ceará. O processo foi lento, mas gradativamente evidenciou a materialização de novos investimentos industriais. Com efeito, em 1978 a economia cearense assistiu a passagem de um sistema produtivo agrário-exportador para outro centralizado na indústria e no terciário. O que se observou a partir de então foi a superação do tradicional ordenamento econômico, na qual a antiga proeminência da atividade agropecuária abriu espaço para uma economia moderna e dominada pelas relações eminentemente capitalistas.

Tal mudança, que vinha acompanhada no plano político por uma série de reformas, foi confirmada através do uso de políticas emblemáticas de incentivo à

⁴ São criadas, no período, a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), o Banco do Estado do Ceará (BEC) e o Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE).

⁵ Até esse momento, o processo político cearense expressava um perfil “coronelistas”, na qual uma das principais características era a existência de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupavam posições assimétricas na dimensão política e econômica (Gondim, 2000).

industrialização. Esse foi o período do II PLAMEG (II Plano de Metas Governamentais), plano elaborado no segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982) e que procurava transformar o Ceará no III Pólo Industrial do Nordeste a partir de uma ação intensificada no setor.

Assumindo uma bandeira “desenvolvimentista”, o II PLAMEG concentrou suas propostas no crescimento do parque industrial existente e na implantação/consolidação de “distritos industriais” (principalmente em Fortaleza e Maracanaú). A partir daí, diversos mecanismos financeiros foram criados na tentativa de garantir a materialização do III Pólo Industrial do Nordeste. Dentre eles, um merece atenção especial. Estamos falando do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), mecanismo que se constituiu em importante instrumento de liberação de recursos para financiamento de projetos novos. O FDI, além de ter se mostrado o elemento mais original criado pelo II PLAMEG, acabou se tornando um instrumento de atração industrial mais eficiente do que as formas de apoio oferecidas pela SUDENE, BNDE, BNB etc. (Carleial, 1983).

Os elementos que consolidaram a dinamização da economia moderna foram definitivamente incorporados a partir das mudanças políticas desencadeadas na década de 1980. Esse é o momento no qual um grupo de “jovens empresários”, autônomos do poder local, se disse disposto a reestruturar as relações sócio-econômicas do Estado e “libertá-lo” do domínio “anacrônico” dos “coronéis”. Acreditando representar a vanguarda do movimento econômico no Ceará, esse novo grupo empresarial se transformou num crítico do modelo de intervenção governamental, considerado por eles o maior entrave na busca pelo livre interesse de capitalistas e trabalhadores.

A primeira manifestação de rompimento se deu em 1978 com a revitalização do Centro Industrial do Ceará (CIC), utilizado pelos empresários “progressistas” para conquistar o poder e implementar políticas públicas que rompessem com o “desenvolvimentismo” do governo local. O projeto político-econômico do CIC consistiu primeiramente na retirada dos investimentos diretos do Estado, deixando a ele apenas o papel de propulsor do crescimento econômico. Num outro momento seria necessária uma recuperação das finanças públicas a partir da flexibilização da ação estatal no tratamento das demandas sociais. Foi exatamente isso que passou a ser implementado

na “máquina estatal” cearense com a conquista do poder pelos “jovens empresários” em 1986. Ancorado na crise do modelo econômico instituído pelas elites tradicionais e contando com a mobilização de novos atores políticos e sociais, os “jovens empresários” conseguiram eleger Tasso Jereissati para o cargo de governador, fazendo com que o projeto político do CIC fosse aceito como representante dos interesses gerais da sociedade.

Iniciou-se assim uma nova fase na organização política e econômica no Ceará, na qual a reprodução desse modelo de gestão, consubstanciada pelos mandatos de Ciro Gomes (1990-1994), Tasso Jereissati (1995-2002) e Lúcio Alcântara (2002-2006), materializou os interesses do capital nacional e internacional no Estado. Fundamentadas numa filosofia burguesa/liberal, as práticas desse mais novo governo, conhecido como “Governo das Mudanças”, se traduziram no fortalecimento das tendências industrializantes, na ampliação da infra-estrutura cearense, na atração de investimentos externos e na reestruturação do Estado, baseada numa política de “privatização”.

Todas essas estratégias político-econômicas foram eficientes no sentido de integrar o Ceará numa nova economia de trocas nacionais e globais. Reagindo de maneira eficaz diante da gradativa falência dos programas regionais de apoio à industrialização, o Estado se impôs solidamente na conquista de investimentos industriais externos, desenvolvendo estratégias de financiamento e de benefícios fiscais que persuadiram alguns grupos empresariais já consolidados nacionalmente a abrirem (ou transferirem) grandes fábricas no território cearense. Além disso, projetos de expressiva dimensão foram desenhados no intuito de aparelhar a infra-estrutura⁶ e reestruturar a natureza da produção industrial no Ceará.

Tais mudanças são reiteradas pelo desempenho da economia e pela participação da indústria na produção das riquezas do Estado entre os anos de 1980 e 2000, como mostra, por exemplo, as variações do Produto Interno Bruto – PIB cearense⁷ e a sua

⁶ Podemos usar como exemplo a construção do novo aeroporto Pinto Martins e a montagem do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

⁷ Segundo dados do IPEA (2007), entre os anos de 1985 e 1990, o PIB cearense revelou um comportamento oscilante, mas, a partir de 1991, passou a crescer quase que ininterruptamente até o ano 2000, atingindo seu valor máximo em 1998.

participação diante do total nacional⁸. Do mesmo modo, no período de 1985 a 2000, enquanto a economia brasileira cresce 43,6%, a economia cearense cresce 57,5% (IPEA, 2007), sendo que a expansão vai se dar com muito mais dinamismo a partir de 1990, quando o desempenho do Estado se apresenta bem superior ao nacional⁹.

No âmbito setorial, os números também ilustram muitas transformações, com a participação da indústria crescendo sobremaneira frente ao total do PIB cearense¹⁰. De acordo com os dados da RAIS (2006), também houve um crescimento efetivo no número de estabelecimentos industriais na década de 1990, pois, neste ano, o Estado contava com 3.146 estabelecimentos ligados à atividade industrial e, em 2000, o número subiu para 5.986, representando acréscimo de 90,2%, índice bem superior ao crescimento do Nordeste (72,6%) e do Brasil (27,1%).

Entretanto, o processo vai se dar de maneira espacialmente seletiva também pelo território cearense, onde algumas regiões de maior destaque econômico, como a Região Metropolitana de Fortaleza e algumas cidades de porte médio, a exemplo de Sobral e de Juazeiro do Norte e Crato, vão penetrar na nova lógica distinguindo-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas industriais uma rentabilidade maior, garantindo uma margem mais ampliada de acumulação ao capital ali instalado. São as áreas que se adaptam mais progressiva e eficientemente aos interesses das firmas hegemônicas, transformando-se em centros de expansão da produção industrial e da geração de empregos formais.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, os destaques vão para Maracanaú, Maranguape, Horizonte, Pacajus, Eusébio e São Gonçalo do Amarante, que conciliam os benefícios de uma maior renúncia fiscal com todas as vantagens de uma área sob influência da metrópole, a se saber: uma maior facilidade na contratação de funcionários qualificados (disponíveis para a realização de um fluxo pendular); a proximidade de empresas que realizam serviços mais especializados; a redução,

⁸ A participação do PIB estadual frente ao do País passou de um total de 1,72% em 1985 para cerca de 1,8% em 2000, tendo atingido no ano de 1998 uma participação de 2,0% (idem, *ibid*).

⁹ Enquanto no período de 1985 a 1990, a taxa de crescimento anual da economia cearense foi de 0,7% a.a., a nacional alcançou 6,7%. Entretanto, no quinquênio 1995-2000, o salto estadual em relação ao nacional foi extraordinário, uma vez que o Ceará cresceu 9,0% a.a. contra apenas 1,6% a.a. da economia nacional.

¹⁰ A partir dos indicadores da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, no tocante à indústria, entre 1990 e 2000, verificou-se significativo crescimento do PIB industrial sobre o total, quando a participação passou de 25,6% para 47,8% neste último ano.

devido à distância, dos custos com transportes e um rápido escoamento aeroportuário. Assim, a implantação de uma cadeia de novas relações possibilita aos municípios um maior agrupamento espacial das atividades, na qual a indústria se coloca como mecanismo bem mais influente para a atual dinâmica de organização do território. Entre os gêneros mais expressivos da produção industrial estão os de calçados, de embalagens, têxtil e de artigos de confecção, com mais de uma dezena de empresas que chegam a concentrar entre dois e oito mil funcionários, a exemplo da Vulcabras do Brasil, localizada em Horizonte e da Vicunha Têxtil, com unidades em Maracanaú e Pacajus. Em São Gonçalo do Amarante, a maior expressão é a do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que abrange, além da área portuária, uma infra-estrutura adjacente com acesso ao transporte ferroviário e rodoviário, construída com elevados recursos do Governo Estadual na tentativa de ali desenvolver um pólo petroquímico e metal-mecânico.

Em Sobral, importante centro polarizador da região Norte do Estado, o destaque vai para a indústria de calçados, cujo grupo empresarial de maior expressão é a Grendene S. A., que detém sozinha, 73% da produção cearense, sustentando a posição de maior empresa calçadista instalada no Nordeste brasileiro. Em razão do alto porte e de sua ação intensa sobre a economia do município, a Grendene estabelece fortes laços com o mercado consumidor internacional, sendo responsável por 50% das exportações cearenses de calçados, aparecendo no ranking estadual com um valor de exportação acima de US\$ 50 milhões. Em Sobral, o processo produtivo da empresa encontra-se dividido em sete unidades de produção estrategicamente distribuídas pelo território da cidade, resultando num intenso fluxo de pessoas e produtos, conferindo ao espaço urbano uma dinâmica bastante movimentada. Além do mais, ao representar uma nova realidade para o mercado de trabalho na região, com a inserção de um grande número de trabalhadores no ritmo disciplinado e fordista da fábrica, a indústria calçadista estimulou o aumento de mais de 540% do emprego formal no município entre os anos de 1993 e 2003, concentrando, somente neste último ano, 81,9% do número de postos¹¹.

¹¹ Dados extraídos da Base de Dados da RAIS (2006).

Finalmente, em Juazeiro do Norte e no Crato, municípios localizados na região do Cariri, localizada ao sul do Ceará, vêm se desenvolvendo uma proeminente indústria de capital local, que apesar de concentrar um número expressivo de estabelecimentos voltados para a produção de artigos de confecção, cerâmicas, cimento e alumínio, se impõe decisivamente no gênero de calçados por reunir mais de duas centenas de empresas pequenas e médias, responsáveis por uma relevante concentração de empregos formais no Estado. Os municípios estão entre os que mais receberam investimentos da política econômica implementada pelo “Governo das Mudanças”, dinamizando o seu parque industrial e desenvolvendo um modelo de industrialização que destacou a chegada de grupos empresariais estrangeiros e a parceria de investimentos externos com empreendimentos de origem local. Segundo a RAIS (op. cit.), o resultado é a presença do segundo maior número de estabelecimentos industriais no Ceará, seguido de um aumento de empregos formais no setor que ultrapassou os 168%, entre 1990 e 2005.

Ao todo, as áreas supracitadas têm grande expressão industrial sobre o Estado, uma vez que, no ano de 2005, chegaram a reunir 75,5% dos estabelecimentos industriais com vínculo empregatício, somaram 62,6% do Produto Interno Bruto (PIB), concentraram 73,5% do estoque de empregos formais na indústria e arrecadaram 75,7% do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) cearense. Sinalizam para o destaque dado há certas parcelas do espaço compatíveis aos fundamentos da expansão capitalista, que implementa a reestruturação produtiva na indústria, mas, em contrapartida, só o faz acirrando a divisão territorial do trabalho, responsável pelo agravamento do quadro de desigualdades intra-regional.

3- INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO

O processo de reestruturação industrial em curso no Ceará, implicou numa mudança dos antigos modelos de produção hegemônicos, repercutindo quantitativa e qualitativamente nos fluxos, nos equipamentos urbanos e nas formas de consumo da sociedade. O aperfeiçoamento da produção material na indústria também foi responsável por um novo quadro a redefinir o processo produtivo, reorganizando velhos

componentes econômicos, a despeito, em contrapartida, da preservação de muitos outros elementos de natureza tradicional.

Os efeitos dessa nova dinâmica são, sobretudo, sociais, estabelecendo complexo arranjo de transformações que não exclui nenhum dos componentes responsáveis pela organização do território. Sendo assim, as alterações sofridas pelo processo produtivo e pelas formas de consumo no Estado, bem como o dinamismo gerado pelo mais recente ritmo da economia urbana, não tardam a atingir outros elementos, a exemplo das formas de emprego e renda.

No Ceará, a incorporação de um maior número de trabalhadores ao sistema técnico e empresarial consolida a apreensão de uma outra lógica pela população, pois, ao assumir os ritmos da racionalidade produtiva, o trabalho produz diferentes valores para o espaço e o tempo, engendrando também novas formas de apreendê-los.

O fenômeno, entretanto, está diretamente associado ao conjunto de mudanças que atualmente se materializa na organização socioespacial capitalista, em que o maior poder de mobilidade territorial das grandes empresas relativizam as distâncias e facilita o remanejamento dos investimentos para áreas onde os obstáculos à acumulação ampliada das riquezas ainda parecem reduzidos. Trata-se de um conjunto de estratégias de reprodução das relações sociais de produção, responsáveis pela incorporação crescente de novas tramas produtivas e por impor uma ordem externa aos territórios, que ao se mostrarem receptivos à novidade, acabam dissolvendo antigos padrões de acumulação e desenvolvendo novas relações de trabalho.

No Brasil, o processo não se dá sem produzir uma complexa reorganização do quadro econômico regional, ficando a compreensão das novas tendências, atreladas ao mais recente movimento de guerra fiscal realizada pelos Estados, interessados em atrair mais investimentos a partir de uma política econômica que oferece isenção tributária e infra-estrutura de apoio.

As mudanças ocorridas no Ceará, nesse sentido, se colocam como reflexo do quadro que se desenha numa escala mais ampla, incorporando o mais recente modelo de desenvolvimento econômico, no qual os investimentos procuram obter benefícios objetivando ganhar mais competitividade diante de seus concorrentes externos. As maiores vantagens disponibilizadas pelo Estado, porém, são oferecidas pela sua força

de trabalho. Ela se faz atraente, sobretudo, por ser barata, abundante e facilmente suscetível à implantação de racionalidades flexíveis de grande conveniência aos novos investidores. Essas mudanças vão causar uma reestruturação nas próprias relações de trabalho cearenses, que incorpora um conjunto de transformações consolidadas principalmente a partir da década de 1990.

A alteração de alguns indicadores que compõe a População Economicamente Ativa – PEA já é um primeiro indício das mudanças citadas. No Ceará, por exemplo, entre os anos de 1970 e 2000 o contingente total da PEA cresceu em 92%, passando de 1.001.243 para 1.922.936 e demonstrando a importante dinamização sentida pelo fluxo de empregos no Estado. O crescimento vem assumindo um ritmo sempre expansivo nessas últimas três décadas, mas o período de maior incremento quantitativo se deu entre os anos de 1970 e 1980, quando o Estado se preparava para importantes transformações no quadro político-econômico, com a inserção definitiva dos mecanismos de mercado na lógica da produção socioespacial. A PEA, no período, avançou 62%, contabilizando 1.626.143 pessoas, já indicando as boas possibilidades abertas pelo mercado de trabalho no Ceará. De 1980 a 2000, o número total continuou crescendo, mas em ritmo menor, alcançando 18%.

Entretanto, ao considerar a variação dos indicadores por setores da economia, fica mais explícito a renovação sentida pelo Ceará ao longo de todo o período, quando mudanças importantes reestruturaram o papel de determinadas atividades econômicas até então predominantes. A tabela 01 vai revelar algumas das alterações, principalmente no que diz respeito ao contingente populacional economicamente ativo do setor primário, que sofre redução gradativa desde 1970. Trata-se de importante reversão de valores para o mercado de trabalho cearense, tendo em vista a tendência tradicional de concentração da população ativa na agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo. É preciso enfatizar, porém, que a perda da hegemonia desse setor no ano de 2000 não implicou necessariamente numa forte crise do trabalho agrícola, muito pelo contrário. Com a chegada de grandes grupos econômicos interessados em desenvolver novas estratégias de produção no espaço agrário, em função, sobretudo, das políticas públicas de atração de investimentos externos, o mercado de trabalho agrícola acabou

assumindo um perfil mais dinâmico e racional, ampliando o número de trabalhadores assalariados.

A redefinição do quadro de empregos no Ceará, nesse sentido, sugere, no mínimo, que os outros setores acabaram recrutando trabalhadores num ritmo maior que as atividades agropecuárias, contribuindo decisivamente na diversificação dos postos de trabalho e ampliando a oferta de emprego formal e informal nos mais diversos gêneros da economia estadual.

TABELA 01: PEA por setores da economia – Ceará (1970-2000)

Ano	Primário	Secundário	Terciário	Total
1970	749.090	163.754	88.399	1.001.243
1980	741.215	320.869	564.059	1.626.143
1991	721.723	396.330	667.769	1.785.822
2000	708.892	476.286	737.758	1.922.936

Fonte: IBGE

Sendo assim, devemos mencionar o quanto às transformações políticas e econômicas ocorridas no Ceará nessas últimas décadas influenciaram o desenvolvimento das atividades ligadas à indústria e aos serviços, resultando numa maior concentração da PEA nesses setores, conforme demonstra os dados apresentados nos anos de 1991 e 2000. A tabela 02, ao indicar o percentual da PEA setorial sobre a total, revela como foi alterado o papel da indústria e do terciário entre 1970 e 2000, quando simplesmente foi redefinido o quadro de organização do mercado de trabalho no Estado.

Entre 1970 e 1980, o setor secundário avançou três pontos frente ao total economicamente ativo da população, crescendo praticamente no mesmo ritmo até 2000, demonstrando uma regularidade que não foi repetida pelos outros setores. Na verdade, trata-se de uma resposta eficiente ao programa de desenvolvimento industrial idealizado pelo Governo das Mudanças, segundo o qual, o projeto de ampliar o papel do trabalho assalariado industrial frente às outras atividades econômicas significaria,

automaticamente, a inserção definitiva do Ceará no circuito moderno de produção e consumo capitalista.

O setor terciário responde à dinâmica sofrida pela indústria em particular, e pela economia cearense como um todo, evidenciando os maiores efeitos da modificação sentida pelo mercado de trabalho nesses anos de adoção de um novo projeto de inovação econômica e política. Apesar dos valores inexpressivos da década de 1970, quando apenas 8,8% da população ativa na economia era representada pelo setor terciário, o quadro de empregos nos serviços e no comércio expandiu-se sobremaneira nas últimas décadas, avançando gradativamente até assumir a posição mais importante entre os ramos que dinamizam os postos de trabalho no Estado. Em 2000, o terciário ultrapassa de vez o setor primário na contratação e na oferta de empregos para os cearenses, mantendo uma distância de mais de 10% em relação ao papel que o secundário desempenha diante do todo.

Esses indicadores confirmam a maior participação dos ramos tradicionais do comércio e dos serviços na dinamização do mercado de trabalho no Ceará, mas também sugere o crescimento de algumas atividades terciárias complementares à produção industrial, sem as quais o novo modelo de produção capitalista não poderia se realizar. Acabam demonstrando a maior complexidade do modelo econômico implementado no Estado, em que a melhor distribuição da PEA pelos diferentes setores da economia, implica, ao mesmo tempo, numa maior articulação entre os diferentes tipos de atividades econômicas.

TABELA 02: PEA Setorial sobre Total (%) – Ceará (1980-2000)

Ano	Primário	Secundário	Terciário
1970	74,8	16,3	8,8
1980	45,5	19,7	34,8
1991	40,4	22,1	37,5
2000	36,8	24,7	38,5

Fonte: IBGE.

As mudanças no mercado de trabalho cearense são definitivamente confirmadas pelo aumento no estoque de empregos formais concentrados pelo Estado nas últimas décadas (ver tabela 03). Ao verificar os números fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS) para os anos de 1985, 1995 e 2002, percebemos que o total de empregos formais passou de 480.102 para 793.312, indicando expansão de mais de 65%. O destaque em todo o período vai para o crescimento do número de postos ocupados segundo o vínculo empregatício CLT, responsável por um acréscimo de mais de 54%, contabilizando 186.482 empregos a mais com carteira assinada em todo o Estado. Nesse contexto, o intervalo entre os anos de 1995 e 2002, marcou um dinamismo muito mais expressivo para esse tipo de vínculo, tendo em vista o aumento nesses sete anos ter sido de 139.213 postos, isto é, 195% a mais que o aumento do intervalo anterior, de 1985 a 1995.

TABELA 03: Estoque de empregos formais por vínculo empregatício existente em 31/12 no Estado do Ceará 1985/2002

Ano	CLT	Estatutário	Outros	Ignorado	Total
1985	373.169	78.908	11.377	16.648	480.102
1995	420.438	168.172	6.348	1.112	596.070
2002	559.651	222.823	8.417	2.421	793.312

Fonte: MTE/RAIS

Mas os indicadores mais representativos da transformação do emprego industrial cearense são revelados pela evolução do mercado de trabalho formal na indústria, quando, a partir da década de 1990, o Ceará apresentou um desempenho bem superior ao nordestino e ao brasileiro.

A despeito da redução no estoque de empregos formais na indústria do Nordeste (-4,3%) e do Brasil (-10,7%) entre os anos de 1990 e 2000, a indústria cearense ampliou em 46% o número de postos, expandindo 48.334 vagas no período em análise. Assim, enquanto em 1990 o Estado detinha 15,0% do emprego industrial nordestino e 1,77% do brasileiro, no ano de 2000 essa participação aumenta consideravelmente para 23,0% em termos regionais e 2,8% no total nacional. Tudo isso no mesmo período

em que Estados como São Paulo (-25,5%), Rio de Janeiro (-40%) e Pernambuco (-37%), sofrem significativa redução nos seus estoques de emprego (RAIS, 2006).

Os dados confirmam o que já foi comentado acerca da reconfiguração sentida pelo mercado de trabalho cearense nos últimos anos, em que o aumento no número de empregos se deu acompanhado de uma maior formalização nas relações de produção e trabalho. Explicita, por fim, o conjunto de mudanças em curso, no qual as condições de realização exigem uma maior racionalização do processo geral de produção e consumo de riquezas.

4- CONSIDERAÇÕES

Reiteramos a idéia segundo a qual o Ceará vem sofrendo forte impacto do setor industrial moderno, como consequência da abertura econômica ao grande capital, assim como, pela inserção da atual lógica flexível que favorece a incorporação de novos lugares ao processo global de reprodução capitalista. Os avanços da técnica incorporada à produção industrial e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho vão determinar novas relações no plano territorial e o Ceará vai sofrer diretamente o efeito dessas forças a partir da instalação de inúmeros estabelecimentos industriais, sobretudo fábricas de calçados, têxteis, de alimentos e embalagens, de origem nacional e internacional. O fenômeno caminha na direção de viabilizar o processo de reprodução das relações capitalistas de produção, instalando no território um novo quadro de produção racionalista, baseado na produção em massa e na organização do trabalho formal, subdivido em modernas linhas de produção.

Entre as principais mudanças advindas da instalação dessas indústrias no Estado merece destaque o novo mercado de trabalho consolidado, além de todo um conjunto de transformações que engendra uma ação intensiva nos componentes responsáveis pelas formas de consumo e pela organização do território, consolidando importantes mudanças nas forças que movimentam os fluxos e as formas espaciais, implicando transformações processuais. Com isso, os reflexos da nova lógica industrial não tardam a se materializar na organização socioespacial, com destaque para os novos ritmos que

revelam maior dinamismo na economia e na sociedade, cada vez mais marcada pela aceleração das transformações.

As mudanças devem ser analisadas tendo como pano de fundo a lógica que se desenha em nível mundial, no que diz respeito ao papel que os territórios representam para a expansão dos investimentos na economia. Apesar da prioridade dada às atividades ligadas ao setor de serviços e financeiro, o capitalismo global ainda tem como base de sustentação a contradição capital/trabalho, que apesar de suas metamorfoses atuais, continua desempenhando um grande papel no processo de reprodução das riquezas.

A necessidade de aumentar ainda mais a produção de lucros leva o capital a passar por mutações no interior do seu processo de acumulação para que o dinamismo necessário ao aumento do giro do capital seja garantido. Nesse contexto, o controle do trabalho aparece como estratégia fundamental para o desenvolvimento pleno do capitalismo. A escolha do Ceará como novo locus da produção industrial não é aleatória. O fator força de trabalho, como vimos, é de fundamental importância para o sucesso do investimento de empresas que ainda recrutam um grande contingente de trabalhadores. A adaptação dos funcionários ao tempo da esteira fordista e da jornada de trabalho que chegam até nove horas de duração, trazem um grande impacto na vida da população, que acostumada ao tempo lento de atividades econômicas tradicionais são inseridos na racionalidade capitalista.

Dessa forma, a organização do espaço industrial cearense, abrange todos os componentes responsáveis pela reestruturação do território, reunindo os mais recentes valores evidenciados pela alteração de certos elementos, mas preservando alguns antigos padrões produtivos, resultando na concomitância de velhos e novos aspectos da atividade industrial moderna.

Por fim, o Ceará vai sentir os efeitos da própria condição de existência do desenvolvimento das forças industriais modernas, um ordenamento que remete à organização socioespacial um acúmulo crescente de riquezas, mas, em contrapartida, produz uma superpopulação relativa vitimada pelos infortúnios da exclusão.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (coordenadora). **História do Ceará**. 2º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. in: MARANHÃO, Sílvia (organizador). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CARLEIAL, Liana. **Avaliação da política industrial do Ceará**; uma contribuição ao debate. Fortaleza: IEL/FIEC, 1983.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GONDIM, Linda Maria Pontes. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, Simone de (organizadora). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Ceará**: conferência proferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Cel. Virgílio Távora. Fortaleza, 1980.

HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **IPEADATA**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 05/01/2007.

MARANHÃO, Sílvia. O desenvolvimento do Brasil e do Nordeste. in: **Relatório norte sul: o Brasil e o Nordeste**. Fortaleza: SEPLAN/IPLANCE, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião** - Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)**. Fortaleza: Eduece, 2005.

PIQUET, Rosélia. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. In: **Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. **Base de dados estatísticos**. Brasília: RAIS, 2006. CD-ROM.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; ADÉLIA, Maria; SILVEIRA, Maria LAURA (organizadores). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. Guerra dos lugares. in: **O país distorcido – o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. in: SOUZA, Simone de (coordenadora). **História do Ceará**. 2º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **CIC: a razão esclarecida da FIEC**. Fortaleza: IMOPEC/ADUFC/CUT/CPT, 1995.